

Entre a indiferença e o descrédito

Com intervalo de poucos dias, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos condenou por duas vezes o Estado português. Para o caso, não relevam eventuais erros processuais que o TEDH quis corrigir, mas a indiferença com que as decisões foram recebidas, como se fosse pacífica a ideia de que o 'caso Casa Pia' foi uma balbúrdia do princípio ao fim. Fossem os casos *Freeport* e submarinos ressuscitados, com conclusões opostas às anteriores, e o povo reagiria com um enfasiado encolher de ombros.

A apatia geral espelha o descrédito da Justiça, sobretudo porque os últimos anos foram pródigos em exemplos que não abonam: investigações arrastadas ou trapalhonas, acusações a reboque da imprensa, e, segundo se lê nos jornais, arquivamentos a pedido. O descrédito é transversal a toda a sociedade, da esquerda à direita, do iletrado ao doutor, do pobre ao rico. O clima de 'vale tudo' que mina a Justiça é sintoma de cancro que urge remover, antes que se instale a ideia que o resultado dos processos é apurado por 'moeda ao ar'.

Saíram de cena personagens controversas e o país respirou de alívio. Logo a seguir, a pasta da Justiça e a liderança da PGR foram entregues a magistradas sem tiques de vedetismo, e acreditou-se que estava passada uma página negra da história da Justiça. Valha a verdade, a esperança mantém-se, porque as ilustres magistradas conhecem como ninguém os cantos escuros da PGR, e foram testemunhas da forma escabrosa como Souto de Moura foi triturado por uma aliança de gente da casa e dos jornais, que usou a troça e as graçolas para ridicularizar um homem probo, e esconder o objectivo que os movia: afastar um procurador que se preparava para cortar os canais por onde passavam os arranjos espúrios e as fugas de informação.

A Senhora Ministra não pode ignorar um historial de episódios tristes que faz duvidar das investigações e conclusões do MP, que sustentam decisões de acusação ou arquivamento. Enquanto a desconfiança não for erradicada, os portugueses continuarão a encolher os ombros sempre que surjam suspeitas de batota onde deveria estar a mais cristalina limpidez.

E chegamos aos tribunais. O 'Estado da Justiça' é tema recorrente de debates e conferências, mas nunca ocorreu a ninguém ouvir os juízes, sem ser em tribunas onde se senta quem decide sobre a sua carreira. Não seria mais útil a realização de um inquérito - com garantias de anonimato - em que os juízes respondessem Sim ou Não a duas perguntas simples: Alguma vez sentiu pressões dos seus pares? Já se sentiu constrangido para tomar certas decisões? As conclusões talvez surpreendessem. Como surpreenderia o resultado de um escrutínio sério aos concursos de acesso ao STJ. Quem sabe, até viria aí uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Vamos a isso?

Dos tribunais de recurso nem vale a pena falar. Comentam os profissionais do foro que, em alguns deles, "a análise dos processos sensíveis leva o tempo de uma mudança de pneus na Formula Um". Já o Tribunal Constitucional é mais prático: finge que julga, sem julgar! Até quando?